CAMPANHA PRIMAVERA PARA A VIDA 2023

Organização:
:: Bianca Daébs
:: Lucas S. Dias
:: Marília Pinto

"A PAZ É FRUTO DA JUSTIÇA"

Isaías 32,17

SEMEANDO BOAS SEMENTES,
REGANDO A ESPERANÇA

50 ANOS
CESE
EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
actalliance

Direito de Edição, Publicação e Distribuição
Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE
ISBN 978-65-85847-01-8

Título da Obra: Campanha Primavera para a Vida 2023
Subtítulo da Obra: "Semeando boas sementes, regando a esperança - A Paz é fruto da justiça" (Isaías 32, 17)
Ano da publicação: 2023

Autoria:
Anderson Augusto de Souza Pereira | Ilustrador | Brasil
ZWA Marketing Digital | Projeto Gráfico | Brasil
ZWA Marketing Digital | Diagramador | Brasil
Lucyvanda Moura | Revisora | Brasil
Waneska Bonfim | Autora | Brasil
Vitor Sousa | Autor | Brasil
Renato Kuntzer | Autor | Brasil
Rayane Lin | Autora | Brasil
Rafaela D'tony | Autora | Brasil
Nathalia Teixeira | Autora | Brasil
Kezzia Cristina Silva | Autora | Brasil
Juliene Albuquerque | Autora | Brasil
Erika Farias | Autora | Brasil
Edmilson Schinelo | Autor | Brasil
Carla Suzana Kruger | Autora | Brasil
Bárbara Aguiar | Autora | Brasil
Adriano Portela | Autor | Brasil
Flávia Quirino I Autora I Brasil
Marília Pinto | Organizadora| Brasil
Lucas S. Dias | Organizador | Brasil
Bianca Daébs Seixas Almeida | Organizadora | Brasil

Editora: Soffia10
Coeditora: CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço
Local: Salvador/BA
Ano: 2023

Observação: Este trabalho está licenciado sob a Licença Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional, de Creative Commons. Para ter mais informações desta licença, visite: https://creatinofosfórico/licenses/by-nc-sa/4.0/deed.pt_BR

A CESE é uma organização da sociedade civil, ecumênica, composta por seis igrejas cristãs: Aliança de Batistas do Brasil (ABB), Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB), Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), Igreja Presbiteriana Independente do Brasil (IPIB), Igreja Presbiteriana Unida do Brasil (IPU) e Igreja Católica Apostólica Romana(ICAR)/CNBB -Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Fundada em 1973 para ser uma expressão do compromisso ecumênico em defesa dos direitos humanos.

Esta publicação conta com apoio financeiro de Brot für die Welt, Heks Eper e Misereor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Campanha Primavera para a Vida 2023 : "semeando boas sementes, regando a esperança : a paz é fruto da justiça" (Isaías 32, 17) / organização Bianca Daébs, Lucas S. Dias, Marília Pinto ; ilustrações Anderson Augusto de Souza Pereira. -- 1. ed. -- Salvador, BA : Soffia10 Assessoria Socioculturais e Educacionais : Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE, 2023.

Vários autores.
Vários colaboradores.
ISBN 978-65-85847-01-8

1. Antirracismo 2. Diversidade 3. Justiça social - Aspectos religiosos 4. Teologia social I. Daébs, Bianca. II. Dias, Lucas S. III. Pinto, Marília. IV. Pereira, Anderson Augusto de Souza.

23-170483 CDD-261

Índices para catálogo sistemático:

1. Teologia social 261

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE
Rua da Graça, 164 – Graça – Salvador/BA

Saiba mais em: www.cese.org.br I cese@cese.org.br
@cesedireitos

ISBN: 978-65-85847-01-8

ÍNDICE

SEMEANDO BOAS SEMENTES, REGANDO A ESPERANÇA

Publicação da 23ª Campanha Primavera para a Vida CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço
Setembro/2023.
Organização: Bianca Daébs, Lucas S. Dias e Marília Pinto

> "A PAZ É FRUTO DA JUSTIÇA"
> **Isaías 32,17**

Apresentação (Bianca Daébs) **05**
Semear boas sementes (Sônia Mota) **08**
Semear justiça e colher a paz (Kezzia Cristina Silva e Waneska Bonfim)..... **11**
Semeando cuidado com nossa Casa Comum (Carla Suzana Kruger e Renato Kuntzer)..... **15**
Sementes de respeito com nossa diversidade de povos e culturas (Edmilson Schinelo)..... **28**
Sementes de apoio à luta antirracista (Adriano Portela) **21**
Semeando a Justiça de gênero (Bárbara Aguiar, Erika Farias, Juliene Albuquerque, Nathalia Teixeira, Rafaela D'tony, e Rayane Lin)..... **24**
Jardim de sabedoria: cultivando um país sem racismo religioso (Vitor Sousa)..... **27**
Sementes de cuidado com as juventudes (Luís Padilha) **29**

Histórias de vida e resistência que regam a esperança
Texto: Lucas S. Dias | Edição: Marília Pinto **32**

História de resistência da comunidade Santa Terezinha **33**
Juventude em luta no Bico do Papagaio **35**
Comunicação como estratégia para garantir direitos **37**
Mulheres Negras: Protagonistas pela superação da Violência **39**
Deixem O Povo Preto Rezar **41**
Cocalinho: Resistindo ao Cercamento **43**
Liberta Elas: Dignidade no Cárcere **45**

APRESENTAÇÃO

Subsídio Teológico da Campanha Primavera Para a Vida 2023

Semeando boas sementes, regando a esperança.
A paz é fruto da justiça

Bianca Daébs - IEAB*

A Campanha Primavera Para a Vida ocorre há 22 anos. É o momento em que a comunidade de funcionários, funcionárias, Igrejas, movimentos sociais, pessoas parceiras, amigos e amigas da CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço se unem para celebrar a abertura de um novo ciclo, onde reafirmamos nosso compromisso de fé e afetos pela construção de um mundo mais digno e justo para todas.

Esse ano, de modo especial, a Campanha Primavera Para a Vida ocorre no contexto do Jubileu da CESE. São cinquenta anos semeando boas sementes e regando a esperança no solo do Brasil. As nossas sementes caíram em muitos solos e, até onde não era muito propício, elas floresceram.

Faz parte da tradição da PPV a construção coletiva de um subsídio teológico para inspirar as comunidades de fé a refletirem sobre um tema que relacione fé, esperança e a nossa luta cotidiana por justiça e equidade. Assim, surge a Cartilha da PPV que este ano tem por tema: Semeando boas sementes, regando a esperança e traz como divisa: "A paz é fruto da justiça" (Isaías 32:17).

E para falar dessas sementes fortes que guardam em si a potência do florescimento da paz como fruto da justiça, convidamos pessoas que representam as Igrejas que compõem a CESE para compartilhar conosco textos-sementes que nos inspirem a regar nosso jardim da vida com esperança e fé até que frutifiquem.

O texto de abertura foi escrito pela Pastora Sônia Mota, da Igreja Presbiteriana Unida e Diretora Executiva da CESE. Ela nos fala sobre como as sementes que a CESE plantou e regou ao longo de cinquenta anos mantiveram o sonho vivo e alimentaram a utopia de continuarmos conjugando o verbo esperançar, através da ação profética que alimentou as gerações passadas e continua animando o diálogo ecumênico e inter-religioso em suas ações na defesa, promoção, garantia e efetividade dos Direitos Humanos.

*Reverenda da IEAB, Assessora para Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso / CESE

APRESENTAÇÃO

Semear justiça e colher a paz foi o texto semente de Diaconia através de uma abordagem sensível e engajada de Kezzia Cristina Silva e Waneska Bonfim que, em seu texto-semente, dão especial destaque para as questões agroecológicas e citam como inspiração a Encíclica do Papa Francisco sobre o cuidado com a casa comum, onde o pontífice destaca que as narrativas sobre a criação contidas no livro de Gênesis sugerem que a existência humana se baseia sobre três relações fundamentais intimamente ligadas: as relações com Deus, com o próximo e com a terra.

O **cuidado com nossa casa comum** foi o texto-semente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, ofertado pela Pastora Carla Suzana Kruger e pelo Pastor Renato Kuntzer. O texto nos convida a uma leitura atenta e sensível do Salmo 24:1 que aborda a relação das pessoas com a terra, a partir das vivências de quem participa dos movimentos de resistência para salvaguardar a criação e a dignidade humana.

A **sementes de respeito com nossa diversidade de povos e culturas** foi a oferta poética do Teólogo e Professor Edmilson Schinelo, da Igreja Católica Romana, para nossa partilha. Em seu texto-semente, ele nos convida a percebermos como ainda estamos carregados/as de valores coloniais e a partir daí repensar nossa relação com os povos originários. Edmilson vai além e aponta três passos para que, com os pés no chão, possamos "pensar globalmente e agir localmente" e, assim, seguirmos no sonho do desarmamento de nossos corações e de nossas mãos.

O texto-semente de **apoio à luta antirracista** nos foi ofertado pelo Reverendo Adriano Portela, da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. Nele, Adriano explica que, para construirmos uma sociedade com justiça racial, será preciso ir além da discussão acerca da escravidão e seu legado nefasto para as pessoas afrodescendentes. Exige que criemos estratégias para o fortalecimento de tudo o que a negritude criou potentemente no Brasil, a despeito das mazelas sofridas e das feridas que os afrodescendentes carregam.

O texto da **justiça de gênero** foi fruto de uma jardinagem coletiva entre a Aliança de Batistas do Brasil e as mulheres do Coletivo Vozes Marias. Elas nos convidam a pensar formas de cultivar sementes de esperança que se transformem em ações que nos permitam romper a concretude de uma sociedade patriarcal e violenta para as mulheres e meninas, principalmente no contexto de nossas Igrejas e comunidades de fé.

Vitor Souza, Reverendo da Igreja Presbiteriana Unida, nos trouxe a **semente do diálogo inter-religioso** revelado em seu texto "Jardim de sabedoria: cultivando um país sem racismo religioso". Nele, o Reverendo nos lembra que, mais que semeadores/as, como pessoas cristãs somos desafiadas a zelar pelos nossos jardins, especialmente diante dos desafios apresentados pela persistência do racismo religioso, e nos desafia a aceitar um chamado para a ação que, sobretudo, se encarne em nossa caminhada diária.

O **cuidado com a juventude** é o tema do texto-semente ofertado pela Igreja Presbiteriana Independente através do jovem seminarista Luís Padilha. Ele nos convida a uma escuta cuidadosa e amorosa das juventudes. Desse modo, poderemos compreender as dores e dilemas vivenciados por elas e perguntarmos, como pessoas cristãs comprometidas com um reino de justiça e paz: "O que queres que eu te faça?". Só assim, afirma Padilha, poderemos de fato agir numa perspectiva cristã semeando o cuidado e a esperança neste solo fértil que são as juventudes brasileiras, a fim de que floresça a paz como fruto da justiça.

E assim concluímos nossa semeadura ecumênica de reflexões em forma de textos-sementes, na esperança de que se espalhem pelo Brasil através de nossas Igrejas e Comunidades de Fé, sob a inspiração amorosa e corajosa da Divina Ruah.

Semear boas sementes

"Mas, os humildes receberão a terra por herança e desfrutarão pleno bem-estar" Sl. 37,11

Sônia Mota[1]

Este é um dos sonhos de Deus para a humanidade, revelado através da voz do salmista. Este sonho alimentou um grupo de pessoas comprometidas com uma fé profética e libertadora, há 50 anos, quando se reuniram para fundar a CESE. Naqueles anos de ditadura militar, o que fez surgir esta organização que assumiu a tarefa de ser um serviço diaconal das igrejas numa sociedade excludente foi uma ousada articulação ecumênica nacional e internacional de resistência ao autoritarismo político, de denúncia dos crimes contra os Direitos Humanos e de anúncio profético de uma sociedade livre, democrática, econômica e socialmente justa. Lideranças religiosas profundamente atentas às dores e sofrimentos da gente brasileira, especialmente o povo nordestino, assumiam o Evangelho de Jesus de Nazaré de ser "sal da terra e luz do mundo".

Naquele momento, em 1973, a CESE já nasceu conjugando o verbo esperançar, no melhor sentido freiriano e bíblico que se pode entender: o esperançar que é ação não é esperar, mas é agir. A fé que não apenas ora, esperando que venham do céu as soluções, mas a fé que trabalha, que atua contribuindo para que o Reino de Deus se faça presente entre nós.

Foi conjugando o esperançar que a CESE acalentou o sonho de fortalecer pequenas iniciativas em suas lutas por direitos e criou o Fundo de Pequenos Projetos para apoiar projetos-sementes de grupos e movimentos populares. Já então se sabia que a força, as respostas e as soluções estão na resistência e na organização do povo que teima em ter fé na vida.

A CESE esperançou quando viu que a possibilidade de resistência seria maior se, além de grupos, também apoiasse Redes que atuam de forma articulada, aumentando a capilaridade das lutas pela defesa de direitos. Assim, contribuiu para o fortalecimento e o surgimento de muitas Redes por este país afora e deu visibilidade às experiências diversificadas. Esperançou também quando descobriu que apoiar movimentos e grupos populares exigia apostar em formação, diálogo e articulação, num exercício dialógico de aprender e fazer em conjunto.

[1]Diretora Executiva da CESE e Pastora da IPU

Ao longo de todos esses anos, a CESE compreendeu que, para manter o sonho, alimentar a utopia e continuar conjugando o verbo esperançar, é fundamental não esquecer as profecias que alimentaram gerações passadas e continuar participando do diálogo ecumênico e inter-religioso em suas ações na defesa, promoção, garantia e efetividade dos Direitos Humanos. Não menos importante é ouvir amorosa e atentamente os povos originários e populações tradicionais e aprender com eles/elas para enfrentar os fundamentalismos religiosos, políticos e econômicos.

Conjugar o verbo esperançar é o que mais temos feito e, por isso, sobrevivemos a uma ditadura militar, a um golpe que derrubou uma presidenta legitimamente eleita, a ameaças e criminalizações constantes a organizações e pessoas que atuam pela defesa de direitos, e a quatro anos de desgoverno, perseguições e mortes.

Nessa caminhada por tantos territórios e no encontro com corpos de onde brotam experiências de vida tão diversificadas, ampliamos nosso olhar, ajustamos nossos passos e abraçamos novas pautas. Os aprendizados e desafios são contínuos, sempre com os pés no chão das lutas, ouvidos atentos aos clamores da nossa gente e olho na bíblia, buscando orientação e inspiração. Por isso, continuamos a conclamar as igrejas a virem, junto com a gente, ampliar nossa ousadia profética para que as novas agendas de Direitos Humanos que se apresentam no século XXI encontrem acolhida entre nós. Agradecemos e convidamos todas as pessoas que nos apoiam a continuar acreditando em nosso trabalho porque ainda temos muito o que esperançar.

Celebramos nossos 50 anos agradecendo aos profetas e profetisas que nos antecederam e, ao celebrar essa nossa história, afirmamos nosso compromisso com uma sociedade democrática e de direitos. Com 50 anos, continuamos a esperançar, pois acreditamos que ainda podemos contribuir na construção da democracia que queremos.

Que não nos falte a fé profética, a ousadia das lutadoras e lutadores do povo e a necessária e atenta crítica por parte de quem nos acompanha. Comprometemo-nos a continuar caminhando e esperançando juntos/as no mutirão pelo Reino de Deus, que se concretiza na paz como fruto da justiça e culmina no amor.

Nesta Primavera para Vida, convidamos você a confessar com a gente:

Creio no poder da semente para gerar uma vida nova,
Creio na força dos galhos para sustentar os frutos,
Creio no sabor dos frutos que alimentam a vida,
Creio na vida que caminha e semeia a esperança,
Creio na esperança que supera pedras, espinhos e pássaros,
Creio nas mãos do/a semeador/a que generosamente doa sementes,
Creio na terra e no calor que dela faz brotar a planta,
Creio no Deus que faz com que seja possível tudo isso em que eu posso crer!
Amém (Hideíde Brito Torres)

SEMEAR JUSTIÇA E COLHER A PAZ

"A paz é o fruto da justiça" (Isaías 32.17)

Kezzia Cristina Silva[14] | Waneska Bonfim[15]

Diz a canção que "paz sem voz não é paz, é medo". A voz que denuncia injustiça e anuncia paz é muito mais do que um som produzido pelas cordas vocais. A voz é o clamor do povo oprimido, é o gemido da terra assolada e de toda a criação degradada que anseia pelo dia da paz verdadeira. Por isso, "a criação aguarda ansiosamente a manifestação das filhas e dos filhos de Deus" (Rom. 08.19). Quem há de ouvir e se manifestar para semear justiça? Para que haja manifestação é preciso disposição para ouvir quem são as pessoas que estão clamando, escutar a terra e perceber o que tem afetado negativamente a casa comum. Sem justiça ambiental, não haverá paz.

Pode-se dizer que a mensagem central do cristianismo nos evangelhos foi na pessoa do Jesus de Nazaré anunciando um outro mundo possível, um novo céu e uma nova terra, onde habita a justiça. E, para isso, identificar as violações que promoviam morte, denunciar e eleger um outro modo de vida era preciso. Nesse sentido, a mensagem dos evangelhos continua atual, necessária e um convite constante para a manifestação da igreja nessa construção de um novo céu e uma nova terra. Como semeadoras e semeadores que saem para plantar justiça e colher paz, identificar os solos, seus desafios e fortalezas é fundamental e a parábola do semeador relatada por Mateus no evangelho pode inspirar essa relação.

1. Existe joio no meio do trigo (Mateus 13)

As questões ambientais que provocam injustiças estão na centralidade do debate para as sociedades no Brasil e no mundo. As formas de exploração dos recursos naturais, expressas na produção de alimentos, na gestão de recursos hídricos e na geração e destinação dos resíduos sólidos revelam os desafios da gestão ambiental com responsabilidade social, que se relaciona diretamente com a qualidade de vida das pessoas e com a sustentabilidade do planeta.

[14]Kezzia Cristina Silva, pedagoga e teóloga. Assessora Político-pedagógica de Diaconia.
[15]Waneska Bonfim, jornalista, mestre em administração/gestão organizacional. Coordenadora Político-pedagógica de Diaconia.

Olhar para esses elementos evidencia a existência de diferentes formas de relações humanas com a natureza. Por um lado, modos de produção excludentes, com centralidade no capital, se valem de estratégias como a expansão desenfreada da exploração das riquezas do solo, do agronegócio, das práticas de mineração, entre outras, e continuam provocando efeitos desastrosos para a vivência humana e para as relações entre sociedades e meio ambiente. Estas estratégias expressam um modelo que revela a responsabilidade humana sobre o esgotamento das fontes naturais.

Por outro lado, a defesa de práticas que demonstram modos de vida e de convivência sustentáveis capazes de favorecer, pelo menos, a reflexão sobre as práticas atuais e a conversão futura para outros modos de produção e consumo é imprescindível para migrarmos para um modelo de vida em sociedade que tenha responsabilidade com a perpetuação das espécies, biomas e qualidade de vida para todas as pessoas.

2. Eis que o semeador saiu a semear (Mateus 13.3)

No caminho da equidade socioambiental, aposta-se no fortalecimento da agroecologia, entendendo-a como uma alternativa que se contrapõe à ideia de exploração, ao passo que redesenha o sistema de produção e promove mudanças sociais que possibilitam efetiva transformação nas vidas das pessoas.

Atualmente, organizações sociais que atuam em bases agroecológicas concebem e defendem agroecologia como "uma ciência que se baseia nas dinâmicas da natureza e que seus princípios são aplicados na agricultura, na organização social e no estabelecimento de novas formas de relação entre o homem e a natureza para garantir a sustentabilidade do planeta Terra.[16]

Na prática, a agroecologia se expressa no reconhecimento da sabedoria popular advinda da observação e da vivência no campo; nas trocas de saberes com os aprendizados mútuos, especialmente entre as famílias agricultoras; na experimentação com as tecnologias sociais[17] de convivência; na sistematização das experiências e na incidência política coletiva. Qualquer território, seja ele no campo ou na cidade, pode ser lugar comum de experimentação ou práticas em bases agroecológicas.

[16]DIACONIA; CAATINGA; CENTRO SABIÁ. III Caderno de Experiências: Agroecologia transforma paisagens desertificadas. 2010.
[17]Entende-se por tecnologia social um conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas na interação com a população, que representam soluções para a inclusão social. (CACCIA BAVA, 2004)

O paradigma agroecológico ora defendido está intrinsecamente ligado aos propósitos da criação. Segundo a Carta Encíclica do Papa Francisco sobre o cuidado da casa comum, "as narrações da criação no livro do Gênesis contêm, na sua linguagem simbólica e narrativa, ensinamentos profundos sobre a existência humana e a sua realidade histórica. Estas narrações sugerem que a existência humana se baseia sobre três relações fundamentais intimamente ligadas: as relações com Deus, com o próximo e com a terra".[18]

Deus preparou a terra para a humanidade, assegurando as condições de vida e a responsabilidade de cada pessoa no cuidado com a criação. "Os rios, as fontes, a chuva e os córregos eram sinais da máxima bênção de Deus. A água representava a utopia do mundo preparado por Deus para todos os seres vivos".[19] Da água depende a sobrevivência das pessoas. Por isso, a Declaração Ecumênica sobre Água como Direito Humano e Bem Público ressalta que é necessário "o seu uso responsável para que todos tenham vida em abundância. Por causa da vida, a água é um bem comum".[20]

Portanto, é a percepção de que o projeto de Deus passa por uma relação harmônica com toda a criação que nos leva a compreender a urgência do nosso compromisso para a formação de uma consciência política e ambiental, sugerindo atuação em três vertentes interdependentes e complementares: (i) reconhecer a gravidade das violações de direitos que estão associadas a diferentes grupos e todas as especificidades que lhes cabem; (ii) avançar no enfrentamento às desigualdades e na defesa de direitos; e (iii) favorecer respostas religiosas de igrejas que se somem à promoção da justiça.

3. O Reino dos Céus é semelhante à mulher e ao homem que semeiam a boa semente

A comprovação que um outro mundo ou outro modelo de desenvolvimento é possível já foi registrada, mas muitas famílias ainda vivem em condição de pobreza, sendo miseravelmente atingidas pelas relações ambientais vigentes. Sem alternativas, elas não têm condições para uma vida digna.

[18]Francisco. Vaticano. Carta Encíclica Laudato Si. 2015.
[19]DIACONIA. Águas Sagradas – Lições. Recife, 2016, p. 11.
[20]DIACONIA, 2016, p. 30.DIACONIA; CAATINGA; CENTRO SABIÁ. III Caderno de Experiências: Agroecologia transforma paisagens desertificadas. 2010.

Às igrejas cabe o papel fundamental. Elas têm a capacidade de interagir e chegar aos mais diversos lugares, usando do seu poder de proclamar Justiça e Paz inspiradas nos evangelhos, e devem defender melhores condições de vida para estas populações. Outro papel fundamental da igreja é no exemplo de um modo de vida que se contrapõe aos modos operantes extrativistas e opressores do ecossistema, elegendo uma vida simples e promotora das relações justas entre pessoas e todos os seres vivos. Isso pode ser feito unindo-se a outras denominações religiosas ou juntando-se a outras organizações da sociedade civil, reconhecendo e respeitando as diferenças, mas encontrando o que é comum: a luta por justiça socioambiental.

A terra e o coração humano são lugares fecundos para serem cultivados e regados com boas sementes. Se a semente for de justiça, o fruto colhido será de paz, pão e afeto, como diz a canção "Cio da Terra" de Chico Buarque: "Debulhar o trigo, recolher cada bago do trigo, forjar no trigo o milagre do pão e se fartar de pão. Decepar a cana, recolher a garapa da cana, roubar da cana a doçura do mel, se lambuzar de mel. Afagar a terra, conhecer os desejos da terra. Cio da terra, propícia estação e fecundar o chão."

SEMEANDO CUIDADO COM NOSSA CASA COMUM

Carla Suzana Kruger[11] | Renato Kuntzer[12]

Reflexão a partir da Campanha Primavera para a Vida 2023 - o que o Salmo 24.1 tem a ver com isso?!

"Afinal, de quem é a terra? " Para abordar a questão da relação das pessoas com a terra, escolhemos um texto bíblico para uma releitura construída por pessoas que já participam de movimentos de resistência.

Salmo 24 - Um Salmo de Davi.

1 Ao Senhor Deus pertencem o mundo e tudo o que nele existe; a terra e todos seres vivos que nela vivem.

Nesta parte deste salmo, o salmista nos leva a perguntas sobre o uso da terra. Ser igreja de Jesus Cristo é apoiar as pessoas para debater questões pendentes na sociedade, questões conflitantes, e aprender a dialogar.

"Não é um salmo típico... ele abre com uma declaração de propriedade". E. Gerstenberger também aceita o entendimento de que o versículo 1 do Salmo 24 é uma declaração de domínio. Este Salmo pode ser localizado no momento do segundo templo de Jerusalém, lido ou cantado liturgicamente, na entrada do templo, no período pós-exílico; "revela que a soberania cósmica do criador também reflete no reino terrestre... Celebrar as façanhas de Yahweh e sua soberania em tempos pós-exílicos era a esperança de novos tempos para a comunidade do segundo templo. "[13]

Quando se lê e quer entender mais sobre essa expressão: 'A terra é de Deus'. Se pode entender que se tudo é de Deus, portanto 'não é meu'; se pudéssemos, como seres humanos, aceitar que não possuímos vida (a vida não é minha), não possuímos a terra. No sentido de que eu não controlo a vida, eu não controlo a terra. Pois há muitas coisas que acontecem sem que eu seja capaz de controlar. Pode-se acreditar que, aceitando essa condição, seríamos mais humildes, as relações entre nós seriam mais iguais e justas, e se é de Deus é a casa de toda gente, casa comum/comunitária e podemos desenvolver a confiança neste Deus criador-mantenedor.

[11]Pastora da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB).
[12]Pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e membro da Diretoria Institucional da CESE.
[13]Rogério Lima, Pequena Exegese do Salmo 24, 3, Acessado Março 4, 2020, https://www.academia.edu/2490344/Pequena_exegese_do_Salmo_24.

A sociologia diz que somos seres sociais, criamos culturas, formas de conviver uns com os outros e umas com as outras. Para explicar e aprofundar a compreensão "é meu / a terra é minha", a palavra "poder" deve entrar na reflexão. A questão então não é do próprio ego, mas é o poder que o "eu" quer para si mesmo. A busca pelo poder é o que desequilibra as relações sociais em um nível individual e se expande para múltiplos níveis.

Que a terra pertence a Deus, o criador, todas as pessoas aceitam. E, ao mesmo tempo, eu me pergunto se esta afirmação está correta. Todas as pessoas realmente aceitam que a terra pertence ao criador?! Em nossos tempos é possível perceber que há uma divisão nessa aceitação de que a terra pertence ao criador, em relação à crença de que a terra pertence ao proprietário que pagou dinheiro por ela e por isso pode fazer o que quiser com ela. E ainda, pensando de um outro jeito, a terra não pertence a ninguém porque pertence a Deus. Ou, que a terra pertence a todas as pessoas porque pertence a Deus, o criador. Que o nosso empenho deveria ser para que todas a pessoas tenham acesso a um chão.

Esta questão permanece aberta para debate pois nossa relação com este planeta vivo que chamamos de nosso vem se corrompendo e o ser humano vem se afastando do ambiente mais natural criando máquinas, artifícios, materiais artificiais com a intenção ou desculpa de facilitar a vida. A vida tornou-se cada vez mais complexa, criando mais necessidades para coisas artificiais.

Quando foi a última vez que você colocou os pés descalços no chão/na terra? É como um círculo vicioso, pois fomos nos afastando da natureza à medida em que nos envolvemos com as coisas artificiais/criadas por nós. Isso pode ser facilmente relacionado ao sistema em que vivemos que criou separações entre pessoas que têm acesso e que não têm acesso a bens básicos. Pessoas que podem comprar terras. Pessoas que têm e pessoas que não têm. Pessoas que sabem e que não sabem.

Se dar conta de que é este sistema atual que faz inverter as coisas. Pense e responda: a gente vive para trabalhar? Ou trabalha para viver? A resposta que dermos tem a ver com o valor que damos à vida e de como cuidamos de nós mesmos e da criação.

Para além do Salmo 24, há outros testemunhos bíblicos sobre o mesmo tema que ajudam essa releitura e interpretação, como por exemplo em Levítico 25:23: "a terra é de Deus, portanto, não será para sempre daquele que a compra. Deus é o dono disso e para ele somos estranhos que vivem por pouco tempo em sua terra".

Chama atenção também uma interpretação distorcida do Gênesis na parte que conta sobre a criação, que na maioria das vezes traduz que o ser humano deve dominar a terra. No entanto, há outros biblistas que interpretam a palavra original como cuidar ou cultivar. Que o ser humano deve cuidar ou cultivar a terra como um jardineiro que cuida da terra, por exemplo. É assim que a relação da humanidade com a terra deveria ser: de cuidado, entendendo / se perguntando porque naquele momento foi a grama ou o mato que germinou e cresceu mais. O que a terra está manifestando?! No conceito de agricultura sintrópica, aquilo que muitos consideram mato/inço se considera "remédio".

Lá nos interiores de Três de Maio/RS, num lugar com nome indígena - Caúna -, vivemos uma experiência de trocas e partilhas de Sabores e Saberes para uma agricultura com afeto. Importa organizar espaços e vivências que levem as pessoas a encontrarem-se, conversando e apoiando produção da agricultura familiar. O que nos move?! É a fé, a crença na força de sabedoria divina criadora e mantenedora dessa casa comum em que habitamos. Este tipo de encontro, de atividade coletiva, são sementes semeadas no coração de quem participa. E naquele encontro eram mais de 300 pessoas, mulheres, homens e crianças de escolas.

Música: Deus está aqui

1. Deus está aqui, aleluia!
Tão certo como o ar que eu respiro.
Tão certo como o amanhã que se levanta.
Tão certo como eu te falo e podes me ouvir
2. Deus está em mim...
3. Deus está em ti...
4. Deus está em nós...

SEMENTES DE RESPEITO COM NOSSA DIVERSIDADE DE POVOS E CULTURAS

Edmilson Schinelo[8]

"E há que se cuidar do broto, pra que a vida nos dê flor e fruto!" Há que se cuidar dos sonhos, para que a primavera aconteça... Primavera para a vida! Mas de onde vem o broto? Conspirando (co-inspirando) o eternizado hino de Milton Nascimento e Vagner Tiso, andamos por aí regando a esperança e reafirmando: o broto... o broto vem da semente... vem até mesmo de um toco aparentemente seco. Sim, de um tronco pode vir um rebento, das raízes, um renovo (cf. Isaías 11:1).

O broto, no entanto, pode ser facilmente sufocado, não só quando não é regado, mas também quando recebe sombra em exagero. Na relação com comunidades tradicionais e povos originários, essas duas posturas têm sido uma constante, seja da parte do capital explorador, seja até mesmo da parte dos grupos que se desejam parceiros na causa e na resistência. Do grande capital não se esperaria outra coisa: às comunidades tradicionais segue negando, literalmente, direitos mínimos como água, saúde e alimentação. E, não reconhecendo o direito à terra e ao território, impõe a sufocante sombra da monocultura: dos produtos transformados em commodities que não matam a fome (agro não é pop, agro é morte!) e da imposição do pensamento único, muitas vezes chamado de progresso, de desenvolvimento, que nega a cada cultura o direito de viver seu próprio jeito de ser e de sentir. Corpos e territórios seguem vítimas de agressões físicas, de ódio racial e de intolerância religiosa. A pele das pessoas e a pele da terra são impedidas de respirar, de conspirar.

E nós, pessoas desejosas de verdadeira parceria na luta e nos sonhos dos povos originários? Apesar de nossa boa vontade, também corremos o risco de não regar... de ser sombra. Daí a necessidade de revisão constante de nossos compromissos e nossas práticas. Somos conscientes de que não podemos nos comportar como se a fonte fosse nossa, como se coubesse a nós o papel de "salvar" as comunidades tradicionais. O colonialismo em nós introjetado, no entanto, nem sempre nos permite evitar esse comportamento. A tendência de querer ensinar, apresentar as soluções, muitas vezes vem à tona. Leituras romantizadas também não contribuem: toda comunidade indígena ou quilombola é formada de pessoas humanas, com disputas, interesses e limites. Nosso olhar e nossos pés se voltam a esses grupos por diferentes motivos: estão entre os que mais têm seus direitos violados; com suas contradições, são experiências culturais com as quais temos muito a aprender. Trata-se de conversão diária, atitude permanente de escuta (Isaías 50:4). É preciso escutar o germinar da semente, no tempo de cada cultura.

[8]Biblista popular, colaborador junto ao CEBI, professor na UCDB, Campo Grande/MS.

Em nosso país, a religião tem sido usada e abusada para justificar a violência, o preconceito e a desigualdade. Para boa parte da população, ser "cidadão de bem" é defender práticas que afrontam diretamente o Evangelho do profeta de Nazaré, que de maneira radical nos provoca e questiona: "Bem-aventuradas as pessoas que promovem a paz, por que serão chamadas filhas de Deus" (Mateus 5:9). Esse mesmo Jesus, a partir de sua prática, não nos deixa esquecer que "a paz é fruto da justiça" (Isaías 32:17). E nos provoca a atualizar sua mensagem, levando-nos a perguntar: Como podemos regar a semente da esperança de termos um país que respeite os direitos dos povos originários e comunidades tradicionais? O caminhar é lento, mas o tempo se faz urgente. Como poetizou Pedro Casaldáliga, precisamos "saber esperar, sabendo, ao mesmo tempo, forçar as horas daquela urgência que não permite esperar".

Muitos são os passos. Relembramos aqui apenas três para que, com os pés no chão, possamos "pensar globalmente e agir localmente".

1. É fundamental que sigamos nos reinventando em processo de educação popular. Como sempre, aprendendo de nossas crianças, que não têm preconceitos, simplesmente são livres do que a sociedade lhes impõe, gradativa ou violentamente. Mas também apresentando a elas, desde muito cedo, a riqueza da diversidade cultural dos povos indígenas e das comunidades tradicionais de nosso país. Os espaços da catequese, da escola dominical e do próprio culto devem sempre assegurar a pluralidade e a sensibilização dos corações.

2. Nossas comunidades precisam se organizar cada vez mais para cobrar do Estado (nas esferas municipal, estadual e federal) o cumprimento de seu papel. Somente com pressão social teremos um Estado menos submisso aos interesses privatistas e voltado ao bem comum, assegurando a punição à violação de direitos e a execução de políticas públicas. Ao mesmo tempo, devemos nos opor de forma organizada a quaisquer retrocessos na legislação (exemplo gritante é a tentativa de aprovação do chamado "marco temporal").

3. O comprometimento evangélico de nossas comunidades de fé deve se traduzir em solidariedade e partilha também do ponto de vista financeiro. O dízimo de nossas comunidades precisa ser partilhado, de maneira organizada, com pessoas e grupos vulneráveis. Tradições antigas de Israel insistem que o dízimo se destina ao levita (sacerdócio popular), mas também "ao estrangeiro, ao órfão e à viúva" (Deuteronômio 14,28-29; 26:12-13). Precisamos assumir, de forma pessoal e coletiva, o apoio às diferentes campanhas de arrecadação de fundos a serem destinados à defesa dos direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, como a campanha Primavera para a Vida.

Assim, seguiremos no sonho do desarmamento de nossos corações e de nossas mãos. Nossa atitude será sempre troca gratuita, de reciprocidade. No idioma guarani, preservado por inúmeras etnias indígenas, uma expressão é insistentemente repetida pelas gerações mais velhas, em busca de caminhos para que as juventudes não se esqueçam: jopói! Uma possível explicação etimológica para o termo é a imagem das mãos abertas e estendidas, dispostas a dar e a receber: mãos (po) abertas (i) umas para as outras (jo).

Diante da diversidade de povos e culturas, nosso respeito às sementes, ao broto e ao fruto... jopói!

SEMENTES DE APOIO À LUTA ANTIRRACISTA

Adriano Portela[9]

O tema para a Campanha Primavera Para a Vida 2023 é "Semeando boas sementes, regando a esperança", a partir da inspiração do versículo "A Paz é fruto da justiça", retirado de Isaías 32:17. Entre as sementes boas - que a luta por justiça social desde a vivência de uma fé comprometida nos traz - está, sem sombra de dúvidas, o engajamento no enfrentamento ao racismo, profundamente enraizado na sociedade brasileira.

Felizmente, já avançamos muito na consciência dos privilégios que o ideal de branquitude gerou para todas as pessoas que a ele estavam associadas e continua a gerar para todos que nele, ainda no tempo atual, podem se enquadrar. É preciso ressaltar o "podem" porque - mesmo que muitos afrodescendentes e indígenas, ainda não conscientes de suas questões étnico-raciais - tenham buscado se enquadrar no ideal da branquitude, no ontem e no agora, nunca puderam e jamais poderão, de fato, participar do pacto de privilégios restritos aos brancos, assim reconhecidos socialmente.

Não obstante muito já se tenha avançado no reconhecimento dos privilégios das pessoas brancas no Brasil, privilégios estes materiais ou simbólicos, ainda temos muito por fazer, em termos de práticas antirracistas, para desarticularmos o racismo estrutural do Brasil. Ainda há áreas na sociedade brasileira majoritariamente brancas; ainda há problemas seculares de saúde da população negra e indígena a serem cuidados – incluindo aí a saúde mental; ainda é pequeno o número de pessoas negras e indígenas em mandatos políticos, fazendo políticas públicas para solidificar o bem-viver e a dignidade das pessoas negras e indígenas; ainda há muitas comunidades tradicionais ameaçadas pelo racismo ambiental e/ou já vítimas de uma concepção econômica que não considera a preservação da cultura e mesmo da vida dessas comunidades.

Muito se tem feito de práticas antirracistas no campo da cultura, afinal de contas a cultura parece-me ter sido o chão a partir do qual os povos negros e indígenas se estruturaram para sobreviverem e driblarem as estruturas racistas da sociedade. O discurso da representatividade, inclusive, esteve sempre muito associado às questões de mídia e cultura, um lugar onde, desde muito, os negros, por exemplo, tinham plena condição de disputar com excelência o espaço e reivindicar a representatividade.

[9]Adriano Portela é um homem preto do Recôncavo Baiano, Reverendo Anglicano e Professor do Município de Santo Amaro da Purificação, onde também atua como sindicalista no Sindicato dos Servidores Públicos Municipais. É graduado em Teologia e Letras, mestre e doutor em Literatura e Cultura pela UFBA.

Recentemente, por sinal, "Vai na Fé", uma teledramaturgia da Rede Globo de Televisão, com o elenco majoritariamente negro, alcançou o patamar de "novela das sete" mais bem-sucedida na história da emissora, batendo recordes de audiência, a ponto de se tornar, em alguns dias, a atração mais assistida na grade de programação da Globo. Atentemos para o fato de que "Vai na Fé" foi a primeira novela com elenco majoritariamente negro, sem que se tratasse de novela de época e o enredo tratasse de escravidão.

Trago aqui o exemplo de "Vai na Fé" não por acaso, mas porque contemplo nessa teledramaturgia uma tarefa importante para a luta antirracista. Superar o racismo estrutural da sociedade brasileira precisa mais do que o reconhecimento dos privilégios que o racismo garantiu aos brancos, mais que a consciência da dignidade de cada pessoa indígena e negra - tarefas sem sombra de dúvidas importantes, mas iniciais no processo de superação do racismo estrutural. O reconhecimento dos privilégios é uma tarefa para os brancos; a tomada da consciência de si é uma tarefa para os negros e indígenas; mas a superação do racismo estrutural é uma tarefa para brancos e não-brancos, que se faz na mútua cooperação.

Para construirmos uma sociedade com justiça racial, precisamos ir além da discussão acerca da escravidão e seu legado nefasto para as pessoas afrodescendentes. Exige que criemos estratégias para o fortalecimento de tudo o que a negritude criou potentemente no Brasil, a despeito das mazelas sofridas e feridas que os afrodescendentes carregam.

Entendo que a novela "Vai na Fé" é um exemplo bem-sucedido dessa tarefa. Ela traz uma protagonista negra (Sol) que, apesar do trauma de um estupro sofrido na juventude, conseguiu formar uma família bem estruturada; uma mulher batalhadora que encontrou na fé evangélica o suporte necessário para prosseguir a vida e para quem amar e casar com um homem candomblecista (Ben), numa celebração inter-religiosa, não é um problema. Uma mulher que tem uma filha universitária (Jenifer), graduanda de Direito, numa faculdade em que outros jovens negros, também estudantes de Direito, se reconhecem e se reúnem num coletivo estudantil por justiça. Uma mulher empoderada que não abriu mão do sonho de ser uma artista bem-sucedida.

O que quero dizer com tudo isso é que precisamos mais fazer o que "podemos" fazer do que falar sobre o que "sofremos", assim como a personagem Sol e demais personagens negras da trama. Regar a semente da esperança de termos um país sem Racismo Estrutural passa por identificarmos o que podemos fazer e fazermos, tanto quanto o pudermos, não obstante todas as adversidades sabidas.

Chega uma hora que a retroalimentação das dores do racismo se torna uma estratégia sutil para deixar as pessoas negras e indígenas presas onde elas nunca quiseram estar, ocupadas com menos do que o que elas podem ser e fazer.

Nesse exercício de crer no que podemos ("Yes, we can"), recitemos:

Glosa do Credo para uma fé antirracista (Rev. Adriano Portela dos Santos)
Cremos em Deus Pai-Mãe, todo-poderoso, criador do céu e da terra, com todas suas cores e etnias,
e em Jesus Cristo, Seu único Filho, Nosso Senhor, exemplo de humanidade,
que foi concebido pelo poder do Espírito Santo, Ruah Divina, **nasceu da Virgem Maria**, negro e pobre;
padeceu sob o poder de Pôncio Pilatos, **foi crucificado, morto e sepultado**, à semelhança do que sofrem as pessoas negras nas periferias.
Desceu ao Hades, ressuscitou dos mortos ao terceiro dia, para a esperança de quem morre diariamente;
subiu ao céu, está sentado à direita de Deus Pai-Mãe, todo-poderoso, que deseja pessoas pretas, indígenas, brancas e amarelas ao seu lado;
de onde há de vir julgar os vivos e os mortos, conforme o amor e a justiça.
Cremos no Espírito Santo, que deu e dá força e sabedoria às pessoas negras para resistirem criativamente aos maus-tratos e às injustiças;
na santa Igreja Católica, na comunhão das santas e dos santos, que reúne todas as gentes sob a graça de Jesus;
na remissão dos pecados, mesmo o do racismo;
na ressurreição da carne, porque todo corpo é sagrado;
na vida eterna, descanso de todas as lutas e gozo de todas as vitórias.
Amém.

SEMEANDO A JUSTIÇA DE GÊNERO

Bárbara Gomes Fernandes Aguiar[2] | Erika Farias Nogueira da Silva[3]
Juliene Tenório de Albuquerque[4] | Nathalia de Souza Teixeira[5]
Rafaela Lopes de Souza D'tony[6] | Rayane Thais Navarro Silva Lin[7]

Violência de gênero, mulheres e meninas. Palavras e experiências que se entrecruzam no cotidiano da vida individual e coletiva. Presentes em casa, nos espaços religiosos, nas instituições públicas, na rua, enfim, na sociedade. Causam dores inúmeras e diversas, marcam e definem, de muitas formas, as trajetórias de vida e de fé de meninas e mulheres, criadas à imagem e semelhança de um Deus de justiça.

Marca profunda de uma sociedade que estabelece a violência contra meninas e mulheres como algo estrutural, com mecanismos patriarcais de manutenção e reprodução de um sistema milenar de dominação, controle e apropriação dos homens sobre as vidas, as trajetórias, as vozes e corpos das mulheres nos aspectos subjetivo, físico, emocional, moral e material. Ao se articular a lógicas misóginas, sexistas, machistas, capitalistas, racistas e homofóbicas, produz dor e faz com que as meninas e mulheres acumulem "pesos cruéis", como fala a música Germinar de Flaira Ferro, de inúmeras formas, seja individual e/ou coletiva.

Discursos e práticas de violência crescem, se diversificam e se reinventam de maneira absurda, ao ponto de, por exemplo, notícias de feminicídio já não chocarem tanto a sociedade, ou mesmo casos de violência contra mulheres nos espaços religiosos serem silenciados e negados. É devastadora a percepção da fragilidade das políticas públicas e dos direitos, da ausência do Estado em muitos casos de prevenção, proteção e responsabilização, bem como a reprodução da violência de gênero nos espaços religiosos como algo naturalizado.

[2]Bárbara Aguiar: mulher evangélica Feminista, integrante do Coletivo Vozes Marias, educadora Popular, doutoranda em Educação pela UFPE.
[3]Erika Farias: mulher evangélica, pedagoga e integrante do Coletivo Vozes Marias.
[4]Juliene Albuquerque: mulher evangélica, integrante do Coletivo Vozes Marias, doutora em Serviço Social.
[5]Nathalia Teixeira: missionária, integrante do Coletivo Vozes Marias, educadora popular, contadora de histórias, integrante de movimentos feministas e populares ecumênicos.
[6]Rafaela D'tony: mulher evangélica feminista, integrante do Coletivo Vozes Marias, fonoaudióloga e mestre em Saúde da Comunicação Humana.
[7]Rayane Lins: mulher evangélica, integrante do Coletivo Vozes Marias, assistente social e pós-graduada em Gestão de Políticas Sociais.

O fato de sermos meninas e mulheres, Martas ou Marias, aumenta a possibilidade em proporções absurdas de, em algum momento de nossas vidas e de alguma forma, a violência de gênero nos tocar profundamente. E quando fazemos o recorte de classe, raça e orientação sexual, percebemos como estamos ainda mais vulneráveis. É assustador! O que fazer diante disso? O que tem sido feito por nós e para nós? Você já pensou a respeito?

Diante disso, nós, do Coletivo Vozes Marias, formado por mulheres cristãs feministas, anunciamos que é necessário e urgente refletir sobre como podemos semear boas sementes de esperança para que germine a esperança e a concretude de uma sociedade sem violência para as mulheres e meninas. Mas fazer isso de que forma?

Primeiro: criando e ampliando, quando existir, iniciativas de fortalecimento entre todas nós, meninas e mulheres, contrariando a lógica patriarcal de que mulheres são rivais e entendendo que isto não passa de uma estratégia para nos desarticular, nos afastar e nos posicionarmos indiferentes às dores individuais e coletivas. Mulheres que fortalecem outras mulheres, que se nutrem mutuamente, caminham juntas na fé por uma sociedade sem violência e conseguem contribuir para o avanço na luta por igualdade e dignidade para a vida e corpos de todas as meninas e mulheres.

Fortalecer a coletividade entre nós gera grandes árvores de força, entusiasmo e ousadia diante de um cansaço e medo que nos assolam frequentemente. Medo sendo transformado em potência coletiva de mulheres, gerando vida, dignidade, esperança em nós e para nós, causando desconstrução dos mecanismos patriarcais e de alguma forma nos fazendo vivenciar a possibilidade de relações saudáveis, de um evangelho de justiça e rompimento de amarras para conosco.

Segundo: entendendo que o conhecimento, a troca de experiências, o diálogo são chaves de resposta na luta e no enfrentamento à violência de gênero que nos assola, afirmamos a importância da educação popular, do feminismo popular, de uma teologia feminista que não se conforma com as diversas injustiças impostas e que apresente os textos bíblicos com toda a sua riqueza e complexidade de denúncias de violência e promessas de justiça.

Cooperação, união, coletividade, sororidade, feminismo popular e teologia feminista nos permitirão, diante de tantas dores do mundo causadas pela violência de gênero, sentir a esperança de uma sociedade sem violência para todas as meninas e mulheres, podendo desfrutar de uma vida plena, de liberdade, de alegrias, de segurança e de muito amor.

Terceiro: reconhecer, denunciar e tomar o tema da violência de gênero como responsabilidade também das instituições e espaços religiosos, rompendo com discursos e práticas que sustentam as raízes da violência, ensinando sobre o respeito e a valorização de meninas e mulheres que, por serem a imagem e semelhança de Deus, não podem ser humilhadas, violentadas e mortas. Anunciando um evangelho libertador, de justiça, emancipatório, com o compromisso de libertação das meninas e mulheres que são oprimidas; de proteção das que não podem se defender e das que estão desamparadas (Provérbios 31.8), como apresentamos e denunciamos no documentário Vozes do Caminho: o silêncio não é mais possível.

Por isso, defendemos que semear boas sementes, regando a esperança da justiça de gênero, como nos convoca a CESE, é urgente para que nós, meninas e mulheres, possamos reagir, entender que somos gigantes, ocupar os nossos lugares, acolher nossas almas, corpos e vidas em um reino de Deus pautado no amor infindo, justiça, paz e alegria da divina Ruah.

Referências

COLETIVO VOZES MARIAS. Construção de outras relações possíveis. In: SOUZA, Sílvia (Org.). **Feminicídio: ontem, hoje, sempre? Nunca!** São Leopoldo/RS: CEBI, 2020.

COLETIVO VOZES MARIAS. **Documentário Vozes do Caminho: o silêncio não é mais possível**. Recife: CESE, 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=JlngYHx4X_M. Acesso em 16 ago. 2023

FERRO, Flaira. **Música Germinar.** Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0Vu6THzEgJw. Acesso em 16 ago. 2023

JARDIM DE SABEDORIA: CULTIVANDO UM PAÍS SEM RACISMO RELIGIOSO

Rev. Vitor Sousa[10]

Não há como negar que o Brasil, nos últimos 6 anos, tem vivenciado os frutos amargos de um retrocesso que se desdobra das mais diversas formas em nossa sociedade. Para nossa profunda tristeza, assistimos ao desmonte de muitos dos avanços que foram construídos com o esforço da coletividade na busca pela conquista de Direitos. Num jardim promissor, vimos crescer ervas daninhas que, alimentadas pela desesperança, começaram a sufocar a boa semeadura.

Nesse cenário, o racismo religioso despontou exibindo sua face cada vez mais violenta e cruel com ataques voltados, majoritariamente, aos praticantes das religiões de matrizes africanas. É doloroso ver crescer as sucessivas investidas, especialmente aquelas movidas pelo ódio religioso de parte de grupos que se autodenominam cristãos, que atingem diretamente irmãs e irmãos umbandistas e candomblecistas de todo o país. Tais casos, não há dúvidas, são o resultado lamentável do enraizamento do racismo nas estruturas da nossa sociedade, um discurso de ódio que se transportou para as searas religiosas na forma de uma demonização das práticas afro-brasileiras.

Entretanto, nestes 50 anos de atuação inspiradora da Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE, somos lembrados do poder transformador da esperança e da fé. Mais que semeadores, somos desafiados a zelar pelos nossos jardins. Especialmente diante dos desafios apresentados pela persistência do racismo religioso, ecoa em nós um chamado para a ação que, sobretudo, se encarne em nossa caminhada diária.

Uma das chaves para erradicar essa danosa erva está na educação. Precisamos cultivar a conscientização sobre as raízes históricas do racismo religioso, disseminando o conhecimento sobre as contribuições das religiões afro-brasileiras e promovendo a compreensão das diversas crenças e tradições como elementos que enriquecem nossa nação. Desenterrar as raízes do preconceito exige uma pedagogia apaixonada, onde a educação e a consciência se entrelaçam como ramos vigorosos, desempenhando um papel crucial na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

[10]Rev. Vitor Sousa – Igreja Presbiteriana Unida do Brasil, Presbitério do Salvador (PSVD-IPU). Teólogo, escritor e roteirista audiovisual. Professor de Ensino Religioso na rede municipal de ensino em Arapiraca-AL.

Nossa esperança é - e seguirá sendo - colher a paz que, bem nos lembra o Profeta Isaías, "é fruto da Justiça" (Is 32:17). Como Igreja viva e inserida na vida da sociedade, seguiremos cultivando as sementes do diálogo e do respeito. Cuidando desse jardim comum, promovendo o conhecimento e celebrando a diversidade das crenças, almejamos um futuro onde floresçam a tolerância e a harmonia entre as religiões.

Nesse dia vindouro, nós cremos, o solo estéril da ignorância se transformará em jardim de sabedoria.

SEMENTES DE CUIDADO COM AS JUVENTUDES

Luís Padilha[21]

É com alegria e compromisso que nos unimos à Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE para celebrar seus 50 anos de luta incansável pelos direitos e justiça. A Campanha Primavera Para a Vida deste ano nos convida a refletir sobre a importância de semear boas sementes e regar a esperança, em meio aos desafios que cercam a juventude brasileira, desafios que vão desde a solidão até a exposição a diferentes formas de violência e assédio. Inspirados pelo versículo de Isaías 32:17, nos lembramos que a paz é fruto da justiça, uma verdade profunda e que deve também ser aplicada à realidade dos jovens em nossa nação.

Tendo isso em vista, é nosso dever como igreja e comunidade de fé agir como cuidadores dessas sementes de esperança, regando-as com amor e justiça para que floresçam e tragam frutos de transformação na vida dos jovens brasileiros.

Infelizmente, estamos inseridos em uma sociedade que dá pouco valor e atenção à juventude. É como se o jovem brasileiro sempre fosse deixado de lado, como se suas preocupações, seus dilemas e desafios sempre fossem julgados como algo fútil ou de pouca relevância.

Acredito que o primeiro passo para solucionar grande parte dos problemas da juventude brasileira é simplesmente buscar ouvir e entender quais são esses problemas. Se apenas pré-julgarmos o que os nossos jovens têm enfrentado e necessitado, ao invés de consultá-los, não conseguiremos de fato ser agentes de transformação em suas vidas. Cabe a nós, então, a aproximação, a escuta, a atenção, a compaixão e o diálogo.

No ano de 2021 foi realizada uma pesquisa pelo grupo Barna com mais de três mil adolescentes latino-americanos de treze a dezessete anos, chamada "Geração autêntica: Um retrato emocional de uma geração conectada e digitalmente capaz". Nessa pesquisa foi constatado que apenas quarenta e nove por cento (49%) dos adolescentes brasileiros se sentem profundamente cuidados por aqueles que os rodeiam e que apenas quarenta e três por cento (43%), também dos brasileiros, afirmaram que alguém acredita neles. Além disso, sete por cento deles se sentem solitários e isolados dos demais.

[21]Seminarista da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil.

Esses dados nos levam a refletir: O que temos feito ou deixado de fazer para que parte da juventude apresente esses dilemas? Precisamos tomar alguma atitude, partir para a ação, para que a juventude brasileira se sinta cuidada, apoiada e acompanhada.

Devemos aproximarmo-nos de nossos jovens com a mesma intenção de quem se aproximava dos necessitados e lhes perguntava: "O que queres que eu te faça?". Só assim poderemos de fato agir e semear o cuidado e a esperança neste solo que é a juventude brasileira, a fim de que floresça a paz.

Ao enfrentar, por exemplo, os sinais alarmantes de violência e assédio que afetam nossos jovens, é crucial que olhemos para dentro de nossas comunidades. A educação é uma ferramenta extremamente poderosa e podemos, como igreja, oferecer formações e discussões abertas sobre direitos, respeito mútuo, os cuidados e outros temas relevantes acerca deste assunto, além de ensinar os valores cristãos de amor, compaixão, respeito e justiça, capacitando os jovens a viverem esses valores em todas as esferas de suas vidas.

O aconselhamento e apoio psicossocial também são fundamentais. Devemos criar espaços seguros em nossas comunidades onde os jovens possam expressar suas preocupações e medos, buscando orientação e suporte. A criação de redes de apoio entre jovens e mentores pode ser uma maneira eficaz de enfrentar o isolamento e fortalecer a confiança, mostrando amor incondicional e apoio aos jovens, independentemente de suas circunstâncias, reforçando a ideia de que eles são preciosos aos olhos de Deus.

Partindo para a ação, também podemos oferecer oportunidades de liderança para os jovens dentro das igrejas, capacitando-os a se tornarem agentes de mudança e defensores dos direitos. Afinal de contas, no mesmo estudo do grupo Barna, foi visto que cinquenta e sete por cento (57%) dos brasileiros entrevistados acreditam que a sua geração tem a habilidade de causar um impacto positivo e significativo no mundo e que a segunda maior preocupação deles é referente ao abuso sexual.

Ou seja, temos grande parte da juventude brasileira disposta a se levantar contra as injustiças que infelizmente são visíveis em nossa realidade e não podemos desperdiçar a chance de juntos combatê-las.

Como comunidades de fé e sociedade, precisamos compreender que os jovens são o presente e não apenas o "futuro". Por isso a urgência de um cuidado efetivo e de ações relevantes que contemplem essa geração. Eu diria que essas sementes já brotam e se desenvolvem nos dias atuais. Nosso papel é reconhecê-las e darmos visibilidade a essa juventude.

Que Deus abençoe nossos esforços e nos capacite a sermos verdadeiros jardineiros de esperança e transformação na vida dos jovens da nossa nação.

HISTÓRIAS DE VIDA E RESISTÊNCIA QUE REGAM A ESPERANÇA

HISTÓRIA DE VIDA

História de resistência da comunidade Santa Terezinha

Era 3 de março de 1972, quando moradores do então distrito de Santa Terezinha, localizado no município de Luciara, no Mato Grosso, venceram uma disputa por terra contra a Companhia de Desenvolvimento do Araguaia. A luta travada por cerca de cinco anos pelo direito à terra ficou conhecida como Dia da Vitória, comemorada até os dias atuais pela comunidade. O distrito foi emancipado em 4 de março do mesmo ano.

A vitória da comunidade ribeirinha contou com um apoio importante, a Igreja Católica, por meio da Prelazia de São Félix do Araguaia, que tem entre seus membros mais notórios Dom Pedro Casaldáliga (em memória).

A história de resistência da comunidade Santa Terezinha é contada pelo padre Luiz Cláudio da Silva, membro da Comissão Pastoral da Terra no Mato Grosso, e também registrada no livro "Conflito no Araguaia – peões e posseiros contra a grande empresa", de autoria de Neide Esterci e publicado originalmente em 1987.

"Tá no DNA deles e delas a luta, a resistência e a reza como fortalecimento dessa resistência. Expulsaram jagunços, fazendeiros e polícia, que iriam derrubar a antiga cooperativa que o povo construiu e a comunidade os expulsou. É o dia da vitória. E até hoje celebram isso, é uma festa civil, mas é a igreja que puxa essa celebração, então fé e vida estão muito ligadas, existe um senso de partilha muito grande", conta o padre Luiz Cláudio.

A trajetória das ribeirinhas e ribeirinhos de Santa Terezinha é um exemplo da história de lutas dos povos indígenas e comunidades tradicionais, de fundo e fecho de pasto, trabalhadoras e trabalhadores rurais que vivem nos estados que integram a região do Cerrado brasileiro. Com uma área de 2.036.448 km², cerca de 22% do território nacional, o Cerrado é considerado o segundo maior bioma da América do Sul e a região de savana com a biodiversidade mais rica do planeta, berço das águas. A maior bacia hidrográfica totalmente brasileira, Tocantins-Araguaia tem sua maior parte localizada no Cerrado.

A região que abriga terras indígenas, territórios quilombolas, além de outros povos e comunidades tradicionais como geraizeiros, quebradeiras de coco babaçu, vazanteiros, apanhadores de flores sempre-vivas também convive com inúmeras ameaças: conflitos por terra, água e território; os efeitos do agronegócio, das monoculturas e do uso indiscriminado de agrotóxicos. Os efeitos são nocivos a comunidades inteiras e ao bioma Cerrado.

Essas ameaças foram comprovadas no veredito do Tribunal Permanente dos Povos (TPP) em Defesa dos Territórios do Cerrado, apresentado em julho de 2022, no qual se pode ler que: "a vida é arrancada pelo agro-hidro-minero-negócio, a diversidade das plantas vira monocultivo de soja, eucalipto e arroz pelas ações desses senhores de guerra. Seus atos de destruição sistemática são encobertos e legitimados na linguagem, 'purificados' como 'atividades produtivas', 'desenvolvimento' e 'progresso', suas armas químicas que envenenam ar, água e terra são chamadas de agrotóxicos e vendidas em embalagens comerciais".

Os impactos dos agrotóxicos no Cerrado são pontos de pesquisa da publicação "Vivendo em territórios contaminados: um dossiê sobre agrotóxicos nas águas do Cerrado", lançada em maio de 2023 pela Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, que realizou análises toxicológicas e ambientais sobre a qualidade das águas em comunidades de sete territórios da região.

A pesquisa aponta que o monocultivo de soja é campeão no uso de pesticidas no Brasil. Do total de agrotóxicos utilizados no país, mais de 63% são destinados à soja, seguida pelo milho e cana-de-açúcar. A cada ano são despejados mais de 600 milhões de litros de agrotóxicos em todo o Cerrado.

Agronegócio, monocultura, desmatamento e o uso de venenos têm uma relação simbiótica. E paralelo a isso, povos e comunidades tradicionais cerratenses atuam na linha de frente da resistência por seus territórios e também como agentes de conservação do próprio Cerrado.

HISTÓRIA DE VIDA

Juventude em Luta no Bico do Papagaio

Cultivar faz parte da vida de Jorge Lima em vários sentidos. O jovem de 26 anos integra sua vivência no campo com a frente da luta das juventudes rurais da região do Bico do Papagaio, extremo norte do Tocantins. Através da militância pela dignidade no território, ele espera colher um futuro no qual os direitos humanos dos/as jovens do campo sejam respeitados.
Apesar da idade, Jorge tem uma trajetória antiga no cultivo da militância. Desde os 17 anos ele integra o Movimento dos Sem Terra e em 2018 ajudou a criar o GT das Juventudes Rurais do Bico do Papagaio. O grupo de trabalho reúne jovens quilombolas, assentados/as, quebradeiras de coco e acampados/as na mobilização política pela defesa da terra e por uma vivência agroecológica.

"Criamos o GT das Juventudes no intuito de organizar os coletivos dentro dos territórios e dos movimentos da região e mobilizar os jovens para o trabalho nos movimentos sociais", destaca Jorge.

A atuação da organização, entretanto, vai muito além da formação política. Entre os trabalhos que o grupo desenvolve, estão estudos como o "Diagnóstico Juventudes Rurais do Bico do Papagaio", feito em parceria com a ONG Alternativa para a Pequena Agricultura e com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em 2020. Jorge explica o propósito da pesquisa: "Queríamos saber quais eram as perspectivas dos/as jovens no campo. Pudemos entrevistar cerca de 245 jovens em mais de 14 comunidades e isso contribuiu para mobilizar e integrar essas pessoas".

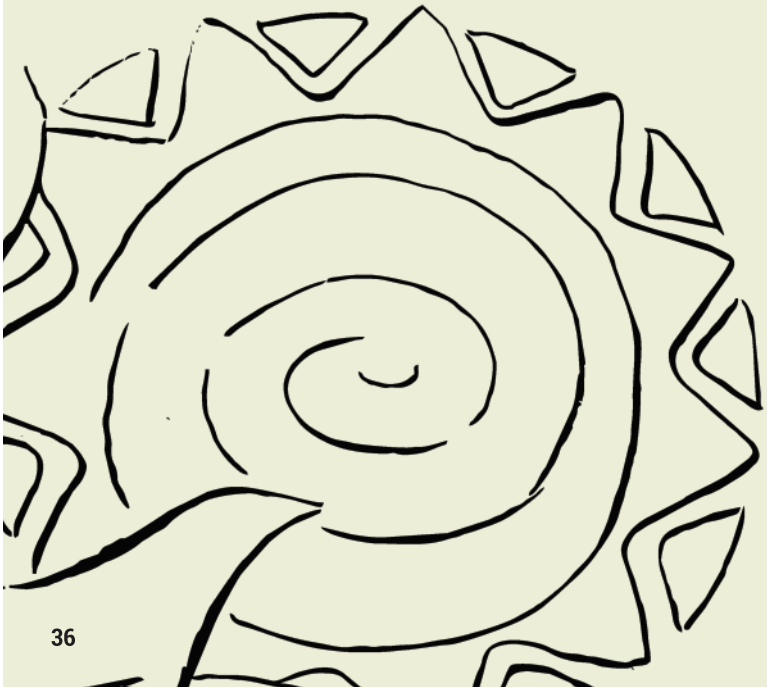
Confirmou-se algo que já era imaginado. Mais de 72 % dos/as jovens querem permanecer no campo e a maioria deles quer dar continuidade à educação formal, o que implica na necessidade de melhores condições de vida para essa população. Além disso, 40,9% dos/as entrevistados/as afirmam já terem vivido situações de preconceito por serem do campo.

As atividades do GT foram dissipadas na pandemia de COVID-19 e a maioria teve que ser feita de forma remota, em formato de lives e postagens nas redes sociais. Jorge conta que foi a partir de 2021 que o grupo retomou os trabalhos com mais vigor.

De lá pra cá, grandes avanços têm sido feitos, como o IV Encontro das Juventudes Rurais, que reuniu mais de 160 pessoas em diálogo e articulação. A potência dessas juventudes tem se mostrado também em iniciativas produtivas dos coletivos que derivam do grupo de trabalho. Eles/as desenvolvem atividades de cultivo de hortaliças, apicultura e artesanato em diversos municípios e alguns têm apoio da CESE em sua estrutura.

Como norte dessas inciativas, a agroecologia sempre reaparece. Jorge acredita que esse modo de produção é a chave contra a exploração e em prol da autonomia e da geração de renda no território. "O protagonismo das juventudes nesse processo é essencial. É ela que vai dar continuidade no trabalho dos nossos ancestrais e na manutenção dos nossos territórios", defende o ativista.

Tudo isso tem resultado no fortalecimento cultural dessas juventudes: "Quando se tem a identidade de quem se é, as pessoas assumem melhor seus papéis na luta". Para o futuro, há muito trabalho pela frente, mas uma perspectiva esperançosa para o Bico do Papagaio.



HISTÓRIA DE VIDA

Comunicação como estratégia para garantir direitos

Tailani Wajuru é comunicadora do povo Wayoro, em Rondônia. Sua aldeia está em uma ilha a cerca de 170 km do município de Alta Floresta d'Oeste, fazendo fronteira com a Bolívia. Para ela, a comunicação popular tem servido como semente para garantir a legitimidade e a visibilidade de sua comunidade em um território ainda a ser demarcado.

Dados de 2022 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) revelaram que a população indígena de Rondônia alcançou a marca de 18 mil pessoas. Crescimento de 50% em 12 anos. Entretanto, para a jovem de 29 anos, seu povo ainda tem que lutar para ser respeitado na diversidade cultural. Essa questão afeta também outras etnias, num dos estados mais violentos para os indígenas e com mais ocorrências de crimes ambientais, segundo dados de 2022 do CIMI (Conselho Indigenista Missionário).

Ela recorda diversas situações de preconceito que presenciou, algumas delas na escola que as crianças Wayoro frequentam: "Os professores de outras disciplinas tinham salas. Já a professora indígena de língua materna tinha que dar aula na calçada. É uma tentativa de humilhar estudantes indígenas".

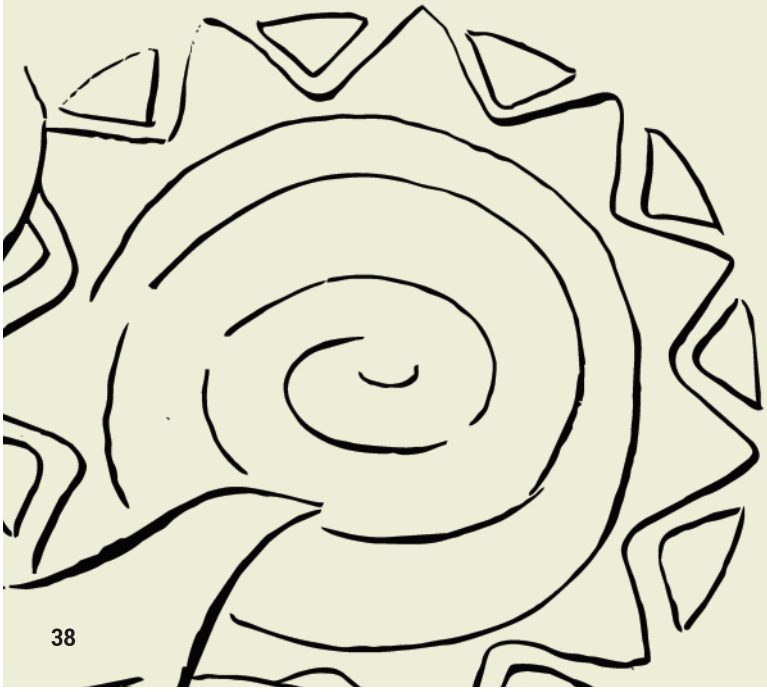
Tailani entendeu que essa visão que inferioriza tinha de ser combatida com um trabalho ativo na mudança de mentalidade da vizinhança. Na pandemia, os ataques atingiram um auge e isso a incentivou a buscar capacitação para atuar na comunicação: "As pessoas tentam nos excluir e criam uma imagem de que não somos indígenas, de que teríamos nos apossado desse título e mentido".

A jovem buscou informação de forma autodidata e pôde participar de alguns cursos oferecidos por organizações indígenas. Ela então pôde levar seu trabalho para as atividades que desenvolve com a Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia, organização de mobilização política que reúne lideranças femininas do estado desde 2015. Tailani acredita que o compartilhamento do conhecimento que ela adquiriu é essencial.

Todo esse trabalho tem o propósito de minimizar a falta de informações acerca da realidade de seu povo: "Todos os meios de comunicação da região têm uma visão contra nós. A gente foi ficando muito esquecido. O que acontece com a gente ninguém fica passando. É como estar numa rua escura sozinha. Eu comecei a observar que faltava isso. Mas não dá para fazer de qualquer jeito. Tem que ser feito de forma assertiva para alcançarmos o objetivo que queremos".

Ela reconhece que já houve avanços, principalmente no que se refere à comunicação interpessoal e ao diálogo com lideranças de movimentos sociais, no sentido de fazer conhecido o cotidiano dos Wayoro. Entretanto, a capacitação técnica ainda é um impasse para que outras mulheres da aldeia possam contribuir. "A comunicação é uma forma da gente se proteger e de ecoar nossa voz. Mas faltam oportunidades de treinamento. Por isso, a importância dos apoios que estamos tendo das organizações indígenas através de oficinas. Assim poderemos alcançar autonomia e ter visibilidade através da comunicação", defende Tailani.

Alguns dos projetos que espera concretizar com o despertar para a comunicação são: um centro de formação, uma biblioteca comunitária e um museu sobre a história dos Wayoro. "Um dos registros do meu povo é de 1912, mas muitas pessoas do município não têm conhecimento. Muitos dizem não saber que a gente está aqui e isso enfraquece o nosso movimento. Há a possibilidade de pegar todo esse material que estamos produzindo e mostrar a história do nosso povo". Registrar a fim de construir memória e dar voz ao seu povo diante de tantos impasses. Essa tem sido a missão da jovem comunicadora.



HISTÓRIA DE VIDA

Mulheres negras: protagonistas pela superação da violência

Valdecir Nascimento é uma das pessoas que estão na linha de frente de combate ao racismo. No país onde mais de 56% da população é negra e que, ao mesmo tempo, representa a maior parte da população abaixo da linha da pobreza, segundo dados de 2022 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ela semeia a luta antirracista através da militância no movimento negro desde a década de 1980.

O trabalho comunitário sempre fez parte da vida de Valdecir. Antes da militância, já atuava na comunidade católica que frequentava em Alagados, Península Itapagipana de Salvador. O bairro é conhecido pelas palafitas, casas construídas com estacas sobre um curso d'água. O local foi visitado pelo Papa João Paulo II em 1980 e, na ocasião, Valdecir já levantava a questão racial: "Nós estávamos animadas para apresentar ao papa o livro Deus Negro, de Neimar de Barros, na Igreja dos Alagados".

Entretanto, a militância se intensificou quando ela começou a frequentar as reuniões do Movimento Negro Unificado, organização que desde 1978 reúne lideranças negras do país: "Ali eu tinha certeza que tinha me encontrado. Era onde eu queria estar. Daí pra cá eu nunca saí de lá. Você descobre que é a sua essência, uma luta pela sua existência e do seu povo".

Na trajetória do movimento negro, Valdecir decidiu focar na luta das mulheres negras, que ela acredita ser o pilar de sustentação da democracia brasileira, apesar de ser a parcela mais oprimida. A visão dela é corroborada por dados oficiais. O Anuário da Segurança Pública de 2023 revelou que 57% das mulheres vítimas de estupro no país são negras. Pelo mesmo painel, a cada dia, 2 mulheres negras sofrem feminicídio. No mercado de trabalho, essa população representa apenas 2% dos cargos de direção, segundo o IBGE.

A partir dessa constatação, a militante teve um papel fundamental na fundação de coletivos que cuidam dessa população. Uma delas é o Instituto Odara da Mulher Negra, em 2010, e outra é a Rede de Mulheres Negras do Nordeste, em 2015. Ambas têm o propósito de serem movimentos políticos capazes de conscientizar as mulheres negras sobre o cenário de opressão em que vivem e propor uma nova realidade social.

Uma das atividades que fazem é o Julho das Pretas, que ocorre anualmente desde 2013 e propõe uma ampla agenda de defesa de direitos das mulheres negras, diversas iniciativas artísticas e ações de incidência política, entre elas a Marcha das Mulheres Negras. "É mais do que alfabetização ou tomada de consciência. Nós estamos disputando o poder. A gente não quer essa sociedade do jeito que ela é. Nós temos um projeto político do que é desenvolvimento para essa nação", destaca.

A coordenadora do Instituto Odara admite a dificuldade de a população negra ser reconhecida como sujeito por conta da vulnerabilidade social: "O movimento das mulheres negras está avançando, mas falta interlocução com grupos no poder. Nós temos parcerias com universidades federais e estaduais, temos pesquisas em desenvolvimento sobre encarceramento, violência doméstica, mas falta o reconhecimento como sujeito de diálogo político, apesar de uma maior interação com grupos como os evangélicos".

Nesse sentido, ela mantém esperanças e observa o trabalho de organizações como a CESE como fundamental para a continuidade da militância. "Esse país é fruto da luta de décadas. Nós precisamos avançar cada vez mais para que as próximas gerações possam respirar com mais tranquilidade", reafirmando a capacidade das mulheres negras de enfrentarem as mais distintas violências com mobilização, criatividade, competência e ousadia.

Deixem o povo preto rezar

"Toda forma de rezar é sagrada". É assim que a Makota Célia Gonçalves defende sua posição contra o racismo religioso, opressão direcionada às crenças de minorias étnico-raciais específicas. O problema é grave no Brasil. Mais de 78% dos pais e mães de santo relatam já terem sofrido algum tipo de ataque, segundo dados da Renafro (Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde).

Nesse contexto, a jornalista e empreendedora social vem semeando diálogo e respeito em prol da diversidade religiosa. Atualmente coordenadora do CENARAB (Centro Nacional de Africanidade e Afro-Resistência Brasileira), com sede em Minas Gerais, ela construiu uma extensa trajetória de militância.

A relação entre fé e questões raciais sempre esteve presente na vida da ativista. Cresceu uma mulher católica em Belo Horizonte e chegou a ser professora de catequese antes de ser "Makota", cargo feminino de importante valor nos terreiros de candomblé. A líder espiritual já havia convivido com a amálgama religiosa dos 11 irmãos católicos, protestantes e de matriz africana. Ela conta que cresceu com o exemplo do pai cristão que convivia bem com tais diferenças.

Nessa transição, Makota Celinha, como é chamada, recorda o momento em que diz ter sentido o racismo realmente bater na porta. Foi durante a faculdade de Jornalismo em Belo Horizonte, nos anos 1980: "Um dia eu cheguei e tinha 60 frases racistas num papel A4 na minha carteira. Depois desse dia, de parda, me descobri preta".

A partir desse despertar, se tornou assídua nas reuniões do Movimento Negro Unificado, agrupamento político que dava seus passos iniciais naquela época. Passou então a dedicar mais tempo para a militância, enquanto ainda confessava a fé católica.

Foi somente nos anos 1990 que sua relação com o candomblé se solidificou. "Trouxe tudo de bom do cristianismo para minhas práticas do candomblé", destaca. "Fruto do amor de Olorum", como se define, a jornalista conta que encontrou sua essência nas religiões de matriz africana. Entretanto, começou a sentir os efeitos do racismo religioso: "A demonização da minha religião começou a ser real quando me assumi uma mulher de axé. Nessa história de 'todo mundo segura a mão de todo mundo', a mão preta e macumbeira sempre escorrega".

É contra esse cenário que ela hoje luta, na coordenação do CENARAB, entidade que existe desde 1991, pelos direitos da população negra e pela laicidade. A discussão da democracia é vista pela organização como fundamental para o alcance de um Estado de direito: "Nós não queremos um Estado que reze, mas que permita a escolha por rezar ou não. O sagrado é único. A forma de buscá-lo que é diferente", define a Makota.

O trabalho da instituição se expressa através de ações como as denúncias de violações aos terreiros, o fortalecimento da comunidade com feiras de afro empreendedorismo e eventos culturais, além de projetos de formação política e diálogo como o "Janelas da Oralidade: tradição e expressões de matriz africana", que reuniu, em março de 2023, expoentes das religiões afro no compartilhamento de vivências. Tudo isso pela construção de um futuro em que o povo preto possa rezar em paz.

HISTÓRIA DE VIDA

Cocalinho: Resistindo ao Cercamento

Leandro dos Santos é uma das lideranças na comunidade quilombola do Cocalinho, em Parnarama, Maranhão. Numa terra sob exploração de grandes empreendimentos do agronegócio, o ativista defende há muitos anos a preservação socioambiental no território. A região é área de transição entre o Cerrado e Amazônia e faz parte do MATOPIBA, sigla que determina o espaço compreendido entre os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e que é largamente explorado desde meados do século XX. Em 2022, dados do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) demonstraram um registro histórico de desmatamento no local, em área que correspondeu a três vezes o tamanho da cidade de São Paulo.

Leandro luta desde os 15 anos por melhorias da qualidade de vida no local: "Falamos de bem-viver, não só da terra. Quando falamos de território, inclui a natureza, o cuidado da vida, a biodiversidade, a preservação do meio ambiente, a luta contra o desmatamento".

São muitas as consequências da exploração na região. Entre elas, a perda de território, processo que se intensificou com a chega de fazendeiros de soja e de grandes empresas de celulose, que se instalaram no território ainda não titulado. "A gente vai perdendo espaço e veredas deixadas pelos ancestrais. Sentimos que estamos cercados. Para pegar um fruto, temos que fazer vários arrodeios. As nascentes também sofrem, os igarapés, os rios e lagos estão secando devido aos grandes impactos", destaca o ativista.

Danos à saúde e à geração de renda também são sentidos por essa população: "Muitas famílias estão doentes por conta dos agrotóxicos, nossa água está contaminada. Plantamos milho, arroz, mas já reduziu. Não presta mais. Os frutos adoecem e não nos alimentamos adequadamente".

Para combater essa situação no Cocalinho, Leandro acredita na organização em coletivo: "Tentamos sempre desenvolver mutirões. Recentemente fizemos um com as quebradeiras de coco babaçu. Elas produzem o azeite de babaçu, que é importante culturalmente e como fonte de renda. Todo esse diálogo é essencial para uma alternativa ao que vem acontecendo na nossa territorialidade. É algo que vai passando de geração em geração".

Para o futuro, ele espera conseguir a titulação do território e a garantia de políticas públicas na localidade: "Gostaríamos de uma casa de saúde, por exemplo. Temos idosos, acamados, crianças. Às vezes temos que fretar carros, não temos ambulância. Queremos ter um território livre, mas com políticas públicas dentro dele, que permitam viver nossa cultura alimentar, religiosa".

Os desafios são cotidianos. Pra ele é importante contar com parcerias e alianças para defender e cuidar do território, como a relação em redes com outras organizações. Mas, o fundamental é a força ancestral da luta, passada de geração em geração, e o fortalecimento da incidência política na comunidade: "Eu falo sempre nos espaços que, se um dia eu não estiver mais aqui, há outras pessoas pra ocupar meu espaço. É um processo sempre contínuo". Venha o que vier, Leandro e sua comunidade estarão juntos/as, insistindo, existindo e resistindo para a continuidade da luta.

HISTÓRIA DE VIDA

Liberta Elas: Dignidade no Cárcere

Clarissa Trevas é uma das integrantes que ajudou a fundar o Coletivo Liberta Elas, em Recife, Pernambuco. A organização se define como feminista, antirracista e abolicionista. Desde 2018, luta pelos direitos humanos e pela dignidade das condições no cárcere.

O encarceramento em massa é um problema latente no país. A população do sistema prisional brasileiro está entre as cinco maiores do mundo. São 642.638 pessoas, sendo 27.547 mulheres, segundo dados de 2022 da SENAPPEN (Secretaria Nacional de Políticas Penais). O sistema está superlotado - só em Pernambuco, há um déficit de 729 vagas femininas - e as violações dos direitos humanos são muitas, entre violências cometidas e falta de condições de vida adequadas.

As atividades da instituição se concentram em oficinas, como um local de partida para um primeiro contato. As ações ocorrem principalmente na Colônia Penal do Bom Pastor, em Recife, e na colônia de Abreu e Lima. Clarissa defende que são experiências importantes de troca e que é um momento enriquecedor para ambos os lados: "As oficinas são muito espontâneas e há coisas que vão surgindo nos relacionamentos que afloram entre nós. Diálogos, conflitos que existem naquele espaço e diversas questões com as quais agimos coletivamente. As atividades no sistema prisional são muito escassas, tanto de trabalho, como de estudo e lazer. Então, esses momentos são permeados de experiências formativas bem importantes."

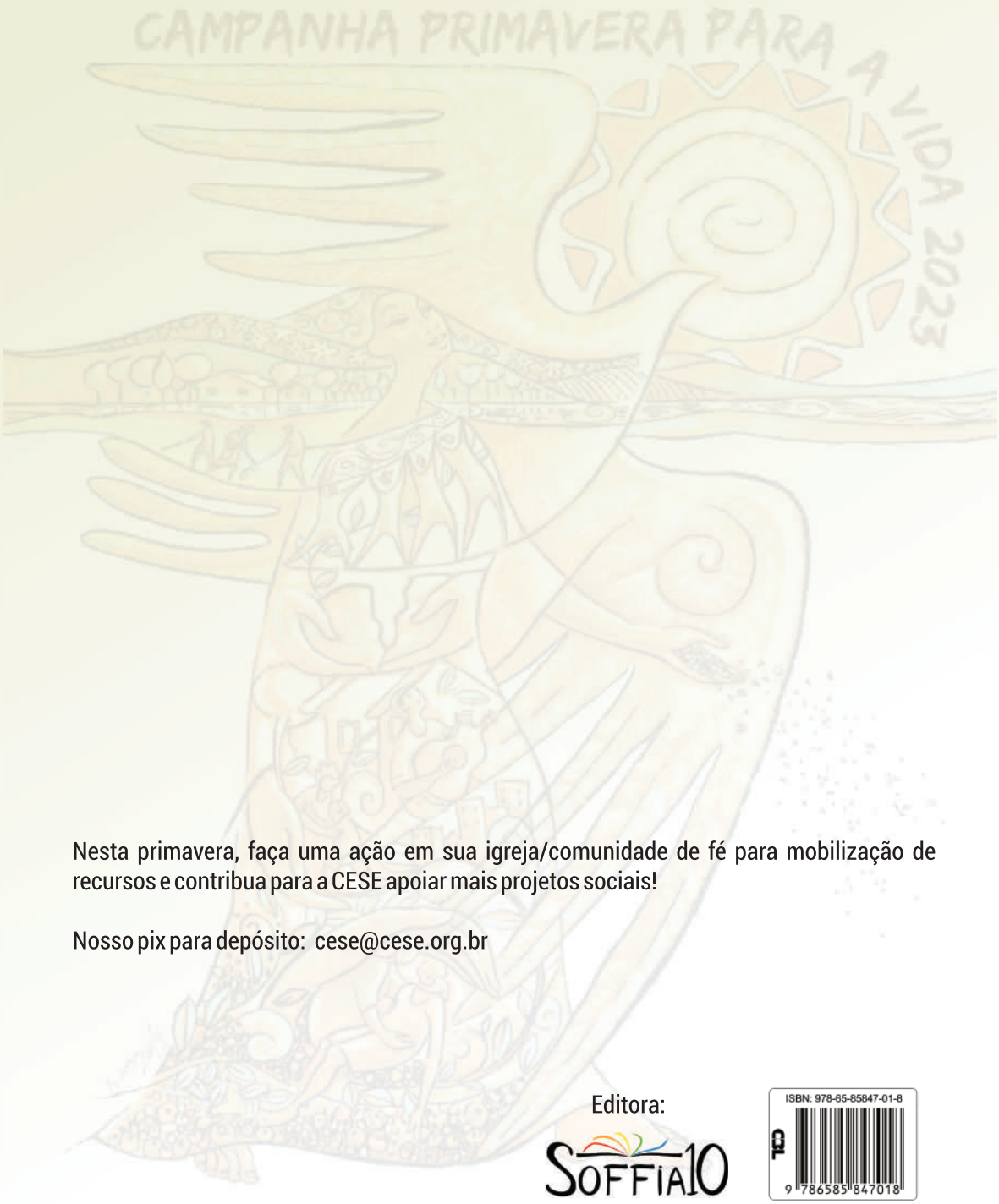
Uma das principais questões que puderam ser observadas foi o recorte racial: "Aqui em Pernambuco, 88 % das mulheres privadas de liberdade são negras e isso está totalmente ligado à questão do encarceramento em massa e de como o Judiciário e a sociedade como um todo reproduzem esse comportamento e punem essa população que vem há séculos sendo morta, criminalizada e encarcerada", destaca a militante.

Ela já consegue observar mudanças positivas. A primeira delas foi a consolidação de um local seguro ao qual as mulheres encarceradas possam recorrer: "Acho que é um ponto positivo, que diminui as barreiras entre o mundo fora e dentro do cárcere. De certa forma, a gente se conecta com as pessoas privadas de liberdade. Estamos levando consciência, fazendo a incidência política das situações que as mulheres enfrentam no sistema prisional".

Um dos exemplos mais palpáveis foi o veto do governador Paulo Câmara (PSB), em 2020, a um projeto de lei que pretendia onerações pelo uso da tornozeleira eletrônica. O coletivo se mobilizou para pressionar políticos e a opinião pública contra o projeto. Apesar de aprovado na Assembleia Legislativa de Pernambuco, a pressão resultou no veto do governador. "As pessoas muitas vezes estão em situação vulnerável, a família mantendo, então seria mais um custo para as mulheres privadas de liberdade", afirma Clarissa.

Apesar de todos os avanços, o Liberta Elas trabalha sob represálias: "Recebemos vários comentários na internet do tipo 'bandido bom é bandido morto'. A gestão do sistema prisional não tem como estar satisfeita com a gente, justamente por sermos esse canal de denúncia de violência. O espaço vira cada vez mais um local de vigilância e cuidado".

Como contraponto, a ativista vê uma solução que mitigaria tal situação: "Se parte do Judiciário, pelo menos em Pernambuco, revogasse as prisões preventivas que duram mais de anos, 50% da população já teria diminuído. Não se precisaria construir mais prisões. Se começassem a aplicar os marcos legais e as medidas que o STF (Supremo Tribunal Federal) e o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) já estabeleceram, mães de crianças menores de 12 **anos ou que não cometeram crimes violentos já estariam cumprindo a pena em casa com suas famílias. Precisa-se fazer o que está na lei e usar a prisão como último recurso."**



Nesta primavera, faça uma ação em sua igreja/comunidade de fé para mobilização de recursos e contribua para a CESE apoiar mais projetos sociais!

Nosso pix para depósito: cese@cese.org.br

Editora:

SOFFIA 10

ISBN: 978-65-85847-01-8

9 786585 847018

50 ANOS CELEBRAÇÕES CESE
EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
actalliance

PRIMAVERA PARA A VIDA 2023